

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

INCLUSIVE EDUCATION AND TEACHER TRAINING

Enoque Estevão Gomes ¹

RESUMO

O presente artigo aborda a Educação Inclusiva e a formação dos professores, que apesar de ser bastante discutido usualmente, essa temática é pouco vivenciada por muitos profissionais. Diante disso, ao tomar como foco o estudo busca trazer elementos importantes acerca da inserção de alunos especiais no âmbito escolar regular, enfocando do conceito do autismo que se trata de uma condição especial em relação ao ensino e como deve ocorrer o processo de educação do aluno especial frente ao papel dos professores. Logo, o artigo objetiva averiguar o processo da educação inclusiva na formação dos professores. Para tanto, o artigo partirá de uma revisão bibliográfica com abordagem descritiva e cunho qualitativo, mediante análise e estudo de artigos, livros e sites com assuntos pertinentes ao tema. A pesquisa trouxe a lume conteúdos voltado a definição da educação especial evidenciando o transtorno do espectro autista (TEA), bem como os processos de inclusão e dificuldades acerca da educação voltada aos alunos com esse tipo de transtornos, foram tópicos evidenciados no presente artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldades Pedagógicas. Inclusão. Autismo. Formação docente.

ABSTRACT

This article discusses Inclusive Education and teacher training, which despite being widely discussed, this theme is rarely experienced by many professionals. Therefore, by focusing on the study, it seeks to bring important elements about the insertion of special students in the regular school environment, focusing on the concept of autism, which is a special condition in relation to teaching and how the student education process should occur. especially in view of the role of teachers. Therefore, the article aims to investigate the process of inclusive education in teacher education. For this purpose, the article will start from a bibliographic review with a descriptive approach and qualitative nature, through analysis and study of articles, books and websites with subjects relevant to the theme. The research brought to light contents aimed at defining special education showing the autistic spectrum disorder (ASD), as well as the inclusion processes and difficulties regarding education aimed at students with this type of disorders, were topics highlighted in this article.

KEYWORDS: Pedagogical difficulties. Inclusion. Autism. Teacher training.

¹ Doutorando em Ciências da Educação, Mestrado em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Especialização em Psicopedagogia pela Universidade de Pernambuco, UPE. Graduação em Pedagogia. Universidade De Pernambuco Campus Petrolina, UPE. **E-mail:** enoqueestevao@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/6537270547550325

INTRODUÇÃO

Quando falamos em inclusão no contexto escolar, trata-se da finalidade de inserir, sem que haja distinção, todos os alunos, sejam com variados graus cognitivos ou físicos no âmbito tradicional da escola, visando minimizar o preconceito e estabelecer o direito a educação de qualidade a todos os indivíduos da sociedade, bem como estimular a socialização dos indivíduos com atipicidades no desenvolvimento, para que se possa desfrutar de espaços sociais em comum.

Diante disso, o educador que se depara com a necessidade de atuar com alunos que possuem características de transtornos, tem por obrigação educar com uma metodologia assertiva, ou seja, apresentar novas formas de ensino para que aquele aluno se desenvolva.

Logo, diante desse cenário o qual o educador se depara, tendo assim que trabalhar com o aluno autista, é sabido alegar que o professor requer capacitação. Fazer o levantamento dessa hipótese é relevante, pois muitos educadores podem não estar aptos para suprir as necessidades que um aluno autista necessita, diante da falta de materiais didáticos adaptados, os poucos investimentos, que acabam não suprimindo as necessidades daqueles alunos, o que acarreta em um grande desafio.

Cabe ressaltar, que o trabalho do educador deve viabilizar a inclusão e o desenvolvimento do aluno com autismo, no entanto, a realidade na rotina educacional nem sempre é assertiva.

Portanto, o presente estudo tem por finalidade averiguar o processo da educação inclusiva na formação dos professores. É sabido alegar, diante contexto do educador para que de fato esteja apto para atuar com os alunos autistas se faz imprescindível todo um processo de formação adequada acerca da teoria e prática, para que assim, o professor possa lidar com as situações adversas, atuando de modo adequado no processo de ensino-aprendizagem.

Dentro dessa perspectiva, para que se possa revelar dados pertinentes ao tema a fim de atingir o objetivo do presente artigo, é válido ressaltar acerca do conceito da definição do autismo, o processo de inclusão, bem como as dificuldades acerca da educação voltada aos alunos com transtorno do espectro autista.

Para tanto, o método de revisão bibliográfica com abordagem descritiva a cunho qualitativo trará a lume estudos correlatos, efetivando um levantamento com assuntos pertinentes às dificuldades que os professores enfrentam frente a essa temática repleta de desafios no processo de ensino, visando também entender as dificuldades que aguarda esse aluno.

No que tange aos conhecimentos teóricos, a pesquisa discorrerá de fatores imprescindíveis acerca do tema, podendo assim identificar as adversidades, bem como a maneira a qual o professor deve atuar, para que o aluno autista se desenvolva de maneira adequada, aprimorando suas competências cognitivas e inseridos no contexto social de maneira estruturada no ensino regular.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PERSPECTIVA SOBRE O AUTISMO

O transtorno do autismo atualmente, pode ser considerado como uma ordem multifatorial, onde diversos fatores e etiologias de origem metodológica deram origem ao autismo (MOREIRA, 2005). De acordo com dados da ONU, uma estimativa e prevalência dos casos de autismo, chegou a 1% da população mundial, o que implica dizer, que afeta cerca de setenta milhões de pessoas. No Brasil, há ausência de dados oficiais sobre o número de autistas, no entanto, estimou-se que no ano de 2010 já havia a soma de dois milhões de casos (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

O termo autismo de acordo com Cunha (2012, p. 20), deriva do grego 'autos', que significa 'por si

mesmo' e, 'ismo', condição, tendência". Logo, as crianças as quais foram observadas possuíam características semelhantes, como isolamento, que são demonstradas pelos esquizofrênicos, implicando no entendimento que estariam presos em si mesmo. No entanto, o diferencial desse comparativo, é que no autismo a condição já está presente desde sempre.

Sob a ótica de Orrú (2012) diante do contexto atual o autismo pode ser considerado como: Uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento [...], é uma disfunção orgânica e não um problema dos pais [...] e é de origem biológica. (p. 21).

Complementando esse pensamento Silva (2012), ressalta essa nova concepção acerca do autismo como fatores em constante desenvolvimento, implicados nas neurociências, como tem demonstrado em estudos que:

Que indivíduos com autismo aparentam ter dificuldades na área cognitiva de funções executivas. Essas funções são um conjunto de processos neurológicos que permitem que a pessoa planeje coisas, inicie uma tarefa, controle-se para continuar na tarefa, tenha atenção e, finalmente, resolva o problema (SILVA, 2012, p. 41).

Em relação ao surgimento, o autismo a princípio foi notado com uma demasiada incidência em lares os quais provinham de problemas afetivos, inclusive isso implicou na concepção que o autismo tivesse alguma relação psicodinâmica, já que não era encontrado nenhum fator biológico.

Em relação aos primeiros estudos voltados a uma investigação acerca do autismo, o Dr. Leo Kanner apresentou informações e relatos em meados dos anos 40. Na ocasião, o estudo foi publicado três anos depois, conhecido como "distúrbio autístico do contato afetivo". Diante disso, Kanner concebeu o Autismo

como um quadro de psicose, o que se origina pela falta de amor parental, o que implica em um comportamento estranho na criança, propiciando a incapacidade em estabelecer relações em se tratando de outros indivíduos, levando ao isolamento, ou ainda, comportamento obsessivo (BENINI, 2016).

Dentro dessa perspectiva em se tratando do autismo, no que tange o foco do presente artigo, se faz importante ressaltar o autismo no contexto escolar, a fim de averiguar as dificuldades que muitos educadores enfrentam quando se deparam com um aluno autista e busca sua inclusão no ensino regular.

O AUTISMO NO CONTEXTO ESCOLAR

Podemos dizer que o autismo se trata de uma condição que perdura toda a vida de um indivíduo, e diante do contexto escolar, a educação pode ser vista como fator primordial para que o autista passe a adquirir competências o levando a seguir uma vida de maneira autônoma.

No entanto, para que de fato venha a ocorrer a inclusão do indivíduo autista no âmbito escolar, esse processo implica na necessidade de uma intervenção pedagógica que possa explorar todos os limites visando ampliá-los, bem como desenvolver.

Em se tratando da educação inclusiva, a mesma tem ganhado enfoque nos últimos anos sendo marcada por leis e diretrizes que norteiam todo o processo que conduz os educadores diante de sua atuação pedagógica. Dentro dessa perspectiva, o aluno com deficiência é visto sob uma ótica do seu quadro diagnóstico e não mais como indivíduo. (ROZEK, 2009).

Nesse sentido, para Orrú (2012), é natural que o professor atue sobre o déficit enfocando na doença e não acerca do indivíduo como um todo. Logo, a ciência moderna crer na capacidade a qual o indivíduo passa a se restringir apenas nos testes psicométricos.

É sabido alegar que o professor em sua prática enfrenta uma série de desafios que impedem a inserção

de métodos, bem como aplicação de programas voltados a realidade escolar visando educar o aluno autista viabilizando seu desenvolvimento.

Sobretudo, conforme (Valle; Maia, 2010, p. 17):

“A inclusão escolar consiste no processo de adequação da sociedade às necessidades de seus participantes, para que eles, uma vez incluídos, possam desenvolver-se e exercer plenamente sua cidadania.”

Podemos dizer que para a tão almejada mediação educativa o professor necessita entender, bem como conhecer os aspectos do transtorno, os métodos eficazes de ensino e de programas voltados a essa realidade para que o professor seja auxiliado no processo educativo da criança autista.

O educador ainda deve ter entendimento quanto as dinâmicas institucionais que são estabelecidas para que possam atuar moldado a esses princípios institucionais dentro do âmbito escolar.

Segundo Rego (2014), uma prática efetiva pode trazer importantes contribuições para a educação à medida em que é disponibilizados elementos relevantes para a compreensão do desenvolvimento e aprendizagem do ser humano. Dentro dessa perspectiva:

“(...) o indivíduo se constitui enquanto tal não somente devido aos processos de maturação orgânica, mas principalmente através de suas interações sociais, a partir das trocas estabelecidas com seus semelhantes. As funções psíquicas humanas estão intimamente vinculadas ao aprendizado, a apropriação do legado cultural de seu grupo” (REGO, 2014, p. 109).

Importante salientar que as dificuldades no processo de ensino regular em se tratando do autismo não são exclusividade dos educadores, os indivíduos com autismo também possuem suas dificuldades nesse processo de inserção.

Um modo de dissolver essas dificuldades nesse processo de inclusão do aluno autista, a fim de facilitar os processos tanto para os professores, alunos, como para a escola como um todo é diminuir a contingência do aluno e propiciar a promoção da aprendizagem adaptando o currículo escolar.

É de suma importância reconhecer que todos os recursos que a escola pode ofertar aos alunos com autismo, visando oportunizar a aprendizagem, passando assim a contribuir para o processo de superação das dificuldades em todos os sentidos de comunicação, socialização, bem como impulsionar o desenvolvimento do aluno.

Entende-se, portanto, que os processos de intervenções propiciam os resultados quanto a novas aprendizagens, contribuindo para a construção de conceitos, viabilizando a autonomia deste aluno no âmbito escolar.

O PROCESSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Nossa legislação assegura que todo cidadão, seja qual for a condição econômica, física, social, possui o direito da acessibilidade do ensino, diante disso, o ensino passa a exercer a cidadania. De acordo com o Decreto nº 6.094/2007, o cidadão seja ele como for, tem o direito de usufruir os espaços municipais, estaduais, e federais de educação.

No entanto, mesmo sendo previsto em Lei, ainda há brechas no que tange decretos que garantam que indivíduos com autismo, bem como outras deficiências tenham o auxílio dos educadores no processo de ensino. Essa problemática acerca das dificuldades da prestação de auxílio por parte dos

educadores, se dá devido a precariedade do educador na condição do processo educativo, o que acaba impactando no direito a educação podendo assim, não ser cumprido devidamente (SELAU E HAMMES, 2009).

Segundo Cunha (2012, p. 90):

O bom preparo profissional possibilita ao educador a isenção necessária para avaliar a conduta do aluno e da família no auxílio da recondução das intervenções, quando elas não alcançam os resultados esperados no ambiente familiar ou na escola.

Diante do verdadeiro desafio pautado pelo educador, as leis acabam cobrando dos professores esse desempenho. Sobretudo, o educador deve ser visto como uma ferramenta imprescindível para o processo de ensino, tanto do ensino regular quanto especial. Podemos ainda ressaltar que o educador é o principal mediador de valores sociais e culturais.

No que tange o processo de inclusão no âmbito escolar, como parte do processo da educação inclusiva, Seabra e Mendes (2009, p.1) reconhecem: *“Colocar um aluno com deficiência numa sala de aula sem oferecer recursos que possibilitem que ele enfrente as diferentes situações de forma funcionalmente competente pode não ser suficiente.”*

Diante disso, nos remete a entender que o processo de inclusão deve fornecer os meios para isso, efetivando condições para os alunos com deficiência se desenvolvam de modo igual aos demais indivíduos. Logo, a acessibilidade a processos tecnológicos, a métodos e práticas de ensino bem planejadas, é imprescindível para a inclusão do aluno autista sem discriminação.

RECURSOS PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO

Tendo em vista a realidade vivenciada por cada indivíduo autista no contexto educacional, para que dê fato seja realizado o processo inclusivo no âmbito escolar, é de fundamental importância que sejam recursos. De acordo com Machado (2009), compreende que os recursos nas salas devem ser ofertados em horários fora do horário regular.

De acordo com o MEC foi lançado a implantação onde uma sala de recursos constituída por fatores multifuncionais que tem por finalidade servir de apoio de modo organizado viabilizando a oferta de um atendimento educacional especializado propiciando a prestação de serviços complementares, bem como suplementares aos indivíduos que possuem deficiência, ou transtornos do desenvolvimento. (BRASIL, 2015).

Essa implantação de recursos é direcionada a alunos autistas que se encontram devidamente matriculados no ensino regular, viabilizando uma infinidade de oportunidades, efetivando assim condições de acesso, para uma participação efetiva no processo de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Para Fávero (2004), tendo em vista a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a Educação Especial, é assegurado a modalidade de ensino especial. Logo, para que a LDBEN, contudo, a LDBEN ressalta que tendo em vista a Constituição, faz-se necessário o real entendimento acerca da Educação Especial, sendo compreendida como uma modalidade de ensino que oferta o atendimento educacional especializado

Para tanto, não basta dispor de recursos, é imprescindível que seja elaborado um planejamento para cada cenário em sala de aula, respeitando cada particularidade e dificuldade, para que assim se possa realizar um atendimento eficaz com a utilização dos recursos necessários.

Contudo, pode-se dizer que a sala de recursos, é de total relevância para a escola inclusiva, onde a escola requer uma atuação focada no desenvolvimento das potencialidades de cada aluno autista atendido, o que implica, que a mesma deve atuar com o ensino

regular, somada aos recursos do ensino inclusivo, de modo que venha a trabalhar todas as habilidades do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo tratou da temática da Educação Inclusiva e a formação de professores cujo objetivo tratou de averiguar as dificuldades no que tange o processo de educação do aluno especial.

Foi possível compreender as dificuldades que os educadores enfrentam até mesmo por falta de preparo e de uma formação adequada para lhe dar com aluno autista. Notando-se que um atendimento diferenciado aos professores de modo que se possa capacitar os docentes, bem como desenvolver, pode minimizar os problemas de inclusão, tendo em vista que os professores estando capacitados podem atender melhor o aluno com autismo visando ampliar seus conhecimentos e desenvolvê-los, assegurando o direito a educação e aprendizagem.

Conclui-se que, diante da complexidade educacional que a educação especial apresenta, é imprescindível a orientação e capacitação para os educadores, de maneira que possam desempenhar novas habilidades, possibilitando ampliar os conhecimentos dos alunos autistas, garantindo assim o direito conforme previsto em nossa Constituição do direito a educação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Parecer 17/2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: Acesso em: 26 nov. 2019
- BRASIL. **Todos pela Educação**. Disponível em: Acesso em: 26 nov. 2019.
- BERSCH, Rita. SARTORETTO, Maria Lúcia. **Assistida Tecnologia e Educação**. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>, acesso em 27 nov. de 2019.
- BENINI, W. CASTANHA, A. P. **A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola comum: Desafios e possibilidades**. Programa de desenvolvimento educacional. PDE, Vol. 1, Paraná, 2016.
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cartilha Direito das Pessoas com Autismo**. São Paulo, 2011.
- CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- FÁVERO, E. A. G. **Direito das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.
- MOREIRA, P. S. T. **Autismo: a difícil arte de educar**. Universidade Luterana do Brasil – Ulbra – Campus Guaíba – RS, 2005.
- ORRÚ, E. S. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico cultural da educação**. 25ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.
- ROZEK, M. **A educação especial e a educação Inclusiva: compreensões necessárias**. Reflexão & Ação, Vol. 17, No 1, 2009.
- SEABRA, Mariana. MENDES, Enicéia, Gonçalves. **Escolha dos recursos de alta tecnologia assistiva para a inclusão de crianças com paralisia cerebral in: Anais do V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**. Londrina 2009. Acesso em 26 nov. 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/167.pdf>
- SELAU, B.; HAMMES, L. J. **Educação inclusiva e educação para a paz relações possíveis**. São Luiz: EDUFMA, 2009.
- SILVA, A. B. B. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. **Aprendizagem e comportamento humano**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.